

EMBAIXADA DO JAPÃO - POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Âmbito de aplicação e compromisso em geral

A presente Política de Privacidade aplica-se na atividade de tratamento de dados pessoais recolhidos junto do respetivo titular e dos dados pessoais que, não tendo sido recolhidos junto do respetivo titular, designadamente quando lhe sejam transmitidos por outras entidades, forem tratados pela Embaixada do Japão em Portugal enquanto Responsável pelo Tratamento.

A Embaixada do Japão em Portugal está empenhada em cumprir o compromisso de proteger a privacidade das pessoas singulares com quem estabelecer quaisquer relações e cujos dados pessoais sejam por si tratados e, nessa conformidade, assume o compromisso de proceder ao tratamentos das informações pessoais dessas pessoas de maneira lícita, leal, aberta e transparente, para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, na estrita medida do que se revelar adequado, pertinente e limitado ao necessário a alcançar as identificadas finalidades, com garantia da exatidão e atualização, sempre que necessário, dos dados, com conservação em termos que permita a sua identificação apenas durante o período necessário para alcançar as finalidades para as quais são tratados os dados e em termos que garantem a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidental.

Dados pessoais tratados

Para efeitos da presente Política de Privacidade são consideradas as definições estabelecidas no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), aprovado pelo Regulamento (eu) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, designadamente, a de “dados pessoais”, definidos como: *“informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (“titular dos dados”); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular”*.

Os dados pessoais que a Embaixada do Japão trata podem incluir: nome, data de nascimento, género, endereço de e-mail, endereço residencial/profissional, número de

identificação/número de contribuinte, nacionalidade, detalhes de emprego e educação (por exemplo, histórico profissional e de formação académica), informações financeiras e tributárias (por exemplo, conta bancária, residência fiscal), entre outros, na medida do que seja estritamente necessária e com respeito pelo princípio da minimização dos dados.

A recolha de dados feita pela Embaixada do Japão através do seu *website* inclui o nome completo e o endereço de correio eletrónico, exceto se outros dados forem tratados de acordo com o seu consentimento prévio e explícito, na medida do necessário.

Além do nome e endereço de correio eletrónico, no *website* da Embaixada do Japão serão também tratados outros dados que são considerados dados pessoais, tais como nomes de domínio e endereços IP do utilizador ou informação acerca do acesso ao *site*, sendo que essas informações são recolhidas e tratadas pelo *software* de análise AWStats.

O *website* da Embaixada do Japão não tem a função *Cookies* ativada.

A Embaixada do Japão não trata, por regra, dados pertencentes a categorias especiais; no caso de ser necessário, para as finalidades prosseguidas, o tratamento de dados de tais categorias, e nos termos em que seja estritamente necessário para tal prossecução, ser-lhe-á solicitado o consentimento específico e explícito para o efeito, sem prejuízo de outros fundamentos de legitimidade do tratamento.

Como utilizamos a sua informação?

Este aviso de privacidade informa, de uma forma geral, que a Embaixada do Japão em Portugal recolherá e utilizará dados pessoais, informando sempre acerca da finalidade e do tratamento que lhes será dado.

Porque é que a Embaixada do Japão precisa de recolher e armazenar dados pessoais?

Os dados pessoais recolhidos pela Embaixada do Japão em Portugal são processados para fins específicos, explícitos e legítimos. Sempre que sejam recolhidos dados pessoais, os mesmos destinam-se exclusivamente às finalidades expressamente identificadas no momento da recolha. Elencamos aqui as principais finalidades:

- Para operacionalizar o serviço de envio de e-mails com informações, notícias e divulgação genérica da atividade da Embaixada do Japão;
- Para enviar convites, notificações, gerir a realização de eventos promovidos pela Embaixada do Japão;
- Para melhorar as funcionalidades e funcionamento do *site* da Embaixada do Japão e tornar a utilização deste mais cómoda e rápida;
- Para cumprir obrigações legais, designadamente a comunicação de dados junto de organismos públicos, administração tributária, segurança social e tribunais ou outras autoridades judiciais e judiciárias, e para fins de auditoria, designadamente por entidades fiscalizadoras.

Em qualquer caso, estamos empenhados em garantir que a informação que recolhemos e utilizamos decorre do seu consentimento, seja apropriada e o seu tratamento não constitua uma invasão da privacidade.

Há várias finalidades associadas ao tratamento de dados pessoais, nomeada, mas não exclusivamente, a criação e gestão de *mailing lists* e *newsletters*, gestão e funcionamento do *site*, organização e realização de eventos.

Qual a legitimidade da Embaixada do Japão para tratar os seus dados pessoais?

A Embaixada do Japão tratará os seus dados pessoais, por regra, com base no seu consentimento livre, específico, informado e inequívoco e se o tratamento for necessário para as finalidades em causa.

Acesso restrito aos dados pessoais e excecionalidade da partilha com terceiras entidades

Garantimos que só terão acesso aos dados pessoais as pessoas afetas ao serviço da Embaixada do Japão, isto é, diplomatas e funcionários da Embaixada e apenas daqueles e na estrita medida do que seja efetivamente necessário para o alcance das finalidades visadas com o tratamento.

Em casos muito excecionais, o tratamento poderá também ser feito por subcontratantes, por conta e no interesse exclusivo da Embaixada do Japão, sem que isso ponha em causa as medidas de segurança adotadas para minimizar o risco de acesso ou divulgação não

autorizados e/ou os seus direitos. Nas situações de subcontratação, em que o tratamento de dados é efetuado por outra entidade por conta do responsável pelo tratamento, a Embaixada do Japão em Portugal assegura que recorrerá apenas a subcontratantes que apresentem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento satisfaça os requisitos do RGPD e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados. O tratamento em subcontratação, nesses casos, será regulado por contrato celebrado ou, existindo, outro ato normativo ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros, que vincule o subcontratante ao responsável pelo tratamento, estabeleça o objeto e a duração do tratamento, a natureza e finalidade do tratamento, o tipo de dados pessoais e as categorias dos titulares dos dados, e as obrigações e direitos do responsável pelo tratamento, em conformidade com as exigências do RGPD.

Em casos muito específicos, nomeadamente os eventos culturais ou outros coorganizados entre a Embaixada e entidades terceiras, é também possível que as informações pessoais sejam transmitidas, na medida do necessário e dentro do legalmente admissível, às entidades coorganizadoras.

Excecionalmente, nos casos previstos na lei e para satisfação de obrigações legais, os seus dados pessoais poderão ser comunicados às autoridades competentes, incluindo administração estadual e tribunais.

Operações de tratamento de dados pessoais, medidas de segurança e proteção e prazo de conservação dos dados pessoais

A Embaixada do Japão tratará (o que inclui, nomeada mas não exclusivamente, a recolha, armazenamento e utilização) as informações que forem fornecidas de uma forma compatível com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da UE.

A Embaixada do Japão fará tudo o que estiver ao seu alcance para manter as informações precisas e atualizadas, não as mantendo armazenadas por mais tempo que o estritamente necessário ao alcance das finalidades.

A Embaixada do Japão possui meios de segurança física, eletrónica e de gestão para garantir a confidencialidade e a segurança dos dados pessoais e garante medidas adequadas para o efeito, como por exemplo:

- a) Formação relevante aos seus colaboradores para garantir o cumprimento das obrigações de privacidade e dados pessoais;

- b) Obrigação profissional ou dever contratual de confidencialidade de todos os que acedem a dados pessoais;
- c) Controles administrativos e técnicos para limitar o acesso a dados pessoais;
- d) Rastreabilidade das operações de tratamento, com identificação do utilizador e da operação realizada;
- e) Medidas tecnológicas de segurança, incluindo *firewall*, criptografia e *software* antivírus;
- f) Armazenamento e transferência de dados pessoais apenas de forma segura;
- g) Proteção dos sistemas de informação para impedir o acesso não autorizado aos dados pessoais;
- h) Implementação de mecanismos que garantem a salvaguarda da integridade e da qualidade dos seus dados pessoais;
- i) Monitorização permanente dos sistemas de informação, com o objetivo de prevenir, deletar e impedir o uso indevido dos seus dados pessoais;

Apesar da Embaixada do Japão em Portugal utilizar medidas de segurança apropriadas, uma vez que há recolha de dados pessoais e que a transmissão de dados ocorrerá pela *Internet* (inclusive por e-mail), não é possível garantir a integralidade de segurança dos dados transmitidos por esses meios.

A Embaixada do Japão em Portugal conserva os dados pessoais pelo maior dos períodos seguintes: (i) enquanto for necessário para as finalidades de comunicação com o titular dos dados e pelo período mínimo acordado; (ii) no âmbito do exercício da respetiva atividade pelos períodos de retenção exigidos por lei ou pela política de retenção e arquivo em vigor, consoante o caso.

Circunstâncias em que a Embaixada do Japão poderá efetuar contactos

A Embaixada do Japão poderá efetuar contactos por correio eletrónico, de forma a enviar a *newsletter*, bem como outras comunicações esporádicas que se vierem a demonstrar necessárias relativas a notícias ou eventos da Embaixada.

Além disso, nos termos já referidos, as informações fornecidas serão sujeitas a medidas técnicas, organizativas e procedimentos de segurança rigorosos para minimizar o risco de acesso ou divulgação não autorizados.

Direitos enquanto titular de dados pessoais

A Embaixada do Japão reconhece ao titular dos dados, relativamente às informações que recolher sobre o mesmo e quando exercidos ou requisitados, os seguintes direitos:

- Direito de acesso – prestação de informação ao titular dos dados sobre os dados pessoais que a Embaixada do Japão recolhe e sobre o seu tratamento, incluindo, nomeadamente, as finalidades do tratamento, as categorias dos dados pessoais tratados, a origem dos dados quando não sejam recolhidos junto dos titulares, as entidades terceiras a quem os dados são comunicados, o prazo de conservação ou os critérios usados para fixar o prazo
- Direito de portabilidade - direito de receber uma cópia dos seus dados em formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, quando aplicável, bem como o direito à portabilidade;
- Direito de retificação – correção, atualização ou inclusão de informação (que possa estar em falta) relativa ao titular dos dados;
- Direito à eliminação ou apagamento dos dados – eliminação dos dados, verificados os requisitos legais para o efeito;
- Direito à limitação do tratamento – suspensão temporária do tratamento de dados, observados os requisitos legais aplicáveis;
- Direito de oposição – direito de se opor, a qualquer momento, ao tratamento dos seus dados pessoais, por motivos relacionados com a sua situação particular, sempre que verificados os requisitos legais para o efeito;
- Direito de revogação do consentimento para o tratamento dos dados, sem que essa revogação do consentimento comprometa a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
- Direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo; a autoridade de controlo nacional em Portugal e responsável pela fiscalização da aplicação do RGPD é a Comissão Nacional de Proteção de Dados, cujos dados de contacto são os seguintes:

Entidade: Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd)

Morada: Av. D. Carlos I, n.º 134 – 1º, 1200-651 Lisboa

E-mail: geral@cnpd.pt

Exercício dos direitos e formas de identificação

Os titulares dos dados podem exercer qualquer um dos seus direitos ou apresentar outras dúvidas relativamente ao tratamento de dados pessoais perante a Embaixada do Japão através dos contactos indicados *infra*.

A Embaixada do Japão aceita as seguintes formas de identificação sempre que o titular dos dados solicitar a eliminação dos dados pessoais ou o exercício de qualquer outro direito que pressuponha uma efetiva identificação do seu titular: Cartão de Cidadão, Passaporte ou Carta de Condução.

Detalhes de contacto do Responsável pelo Tratamento:

Responsável: Embaixada do Japão em Portugal - Setor dos Assuntos Gerais

Morada: Av. da Liberdade, 245, 6º andar 1269-033 Lisboa

E-mail: geral@lb.mofa.go.jp